

O PAPEL DAS INCLINAÇÕES NA FILOSOFIA MORAL DE KANT

Aguinaldo Pavão*

RESUMO – A filosofia moral de Kant pode ser criticada com base na alegação de que ela, ao exigir uma austera disposição de ânimo para que se possa atender às obrigações morais, não deixa qualquer espaço para as inclinações. Certamente um dos focos dessa leitura se encontra na I Seção da *Fundamentação*, em que Kant se refere ao ato caritativo de um filantropo insensível. Essa passagem parece apoiar a interpretação segundo a qual a moral em Kant requer a supressão das inclinações, para que a ação tenha valor moral. Daí, aparentemente, se justificar a famosa crítica de Schiller ao rigorismo de Kant. Postas assim as coisas, poder-se-ia dizer que Kant é, em parte, responsável por essas incompreensões. Contudo, é possível defender, com base nas próprias premissas da filosofia moral kantiana, que as inclinações não retiram o valor moral de uma ação. O que a moral de Kant exige é que o fundamento de determinação das ações não sejam as inclinações. Ora, isso é diferente de se pretender a supressão das inclinações. Com efeito, essa pretensão seria contraditória com a natureza finita do homem, não sendo, de modo algum, exigida pela moral de Kant.

PALAVRAS-CHAVE – Dever. Inclinação. Kant. Rigorismo. Valor moral.

ABSTRACT – Kant's moral philosophy can be criticized on the basis of the allegation that, requiring an austere disposition for attending to moral obligations, does not leave any room for inclinations. The focus of that reading is found in *Groundwork I* in which Kant refers to the charitable act of an insensible philanthropist. This passage seems to support the interpretation that morality in Kant requires the suppression of inclinations for an action to have moral value. Hence Schiller's well-known criticism of Kant's rigorism. Kant is in part responsible for such misunderstandings. However, it is possible to defend Kantian moral philosophy, on the basis of the premise that inclinations do not withdraw the moral value of an action. Kant's morality only requires that the determining ground of actions cannot be inclinations, which is different from the suppression of inclinations. Indeed, that pretension would contradict the finite nature of man, and is not required by Kant's moral philosophy.

KEY WORDS – Duty. Inclination. Kant. Moral value. Rigorism.

Na *Religião nos Limites da Simples Razão*, Kant defende um ponto de vista *rigorista* acerca do bem e do mal na natureza humana. A fim de explicitar essa tese, Kant, em nota de rodapé, aborda a crítica de Schiller ao seu rigorismo na moral. Ele menciona o texto de Schiller *Graça e dignidade na moral* em que a sua concepção rigorista é criticada, tendo em vista uma suposta exigência de uma austera disposição de ânimo, para que se possa atender às obrigações morais, não deixando qualquer espaço para

* Professor de Filosofia UEL, PR.

a graça¹. Schiller estaria supondo que a moral em Kant requer a supressão das inclinações para que a ação tenha valor moral.

Certamente um dos focos dessa leitura se encontra na I Seção da *Fundamentação*² em que Kant se refere ao ato caritativo de um filantropo insensível (cf. I § 11, 113/BA 10-11). O contexto em que essa referência se dá diz respeito à tentativa de elucidar o significado de uma ação com valor moral. Kant quer mostrar que apenas uma ação por dever pode ser legitimamente qualificada como moral. Para tanto, quatro exemplos são oferecidos: o do merceeiro honesto, do indivíduo que deseja suicidar-se, do filantropo insensível e do sofredor de gota. No primeiro caso, a honestidade do merceeiro nada pode nos dizer acerca do valor moral de sua ação, pois é perfeitamente possível compreender a sua atitude a partir de seus interesses. Essa, portanto, pode ser etiquetada como uma ação conforme ao dever, mas não por dever. Kant argumenta que a distinção entre uma ação por dever e uma ação para a qual pode-se pensar que o indivíduo seria levado a praticar sem nenhuma inclinação imediata é fácil. É assim que ele compreende o exemplo do merceeiro honesto. Porém, como o seu propósito é clarificar o sentido de uma ação por dever, a estratégia, que lhe parece mais correta, consiste em imaginar casos em que estão presentes inclinações imediatas para a prática de ações moralmente recomendáveis. Ou seja, Kant constrói cenários hipotéticos através dos quais seja possível isolar as ações com valor moral. Assim, o indivíduo que deseja o suicídio, em virtude de uma série de contrariedades e desgostos com a vida e, contudo, a preserva³ pode representar a figura de alguém que age por dever. Com efeito, não é a inclinação imediata de amor à vida, responsável em geral pelo cuidado que dispensamos a nossa autoconservação, o móvel de sua ação. Longe disso, ele conserva a vida suplantando a sua inclinação suicida. O exemplo do homem sofredor de gota é oferecido por Kant para defender a tese de que o dever indireto de buscar a própria felicidade também tem de causar danos às inclinações. Os prazeres momentâneos devem ser desprezados para que se tenha saúde.

Passemos agora ao caso do filantropo insensível. Nesse exemplo, Kant parece ter deixado várias janelas abertas por onde os seus críticos puderam desenvolver constantes ataques à sua moral. Vamos admitir que seja nosso dever praticarmos a caridade. Uma alma compassiva pode tranquilamente cumprir esse dever por uma inclinação imediata. Se ela age caritativamente por um sentimento compassivo, o móvel de sua máxima será uma inclinação. Ora, isso retira qualquer valor moral de

¹ Essa “graça” parece querer significar uma espécie de jogo entre razão e sensibilidade na desenvoltura do agir humano. O requerimento de graça seria o requerimento de que o ser humano deve agir com todo o seu ser afetivo (cf. TUGENDHAT, 1997: 128-129).

² Abreviaturas: *FMC*: Fundamentação da Metafísica dos Costumes; *R*: A Religião nos Limites da Simples Razão; *CRP*: Crítica da Razão Pura; *CRPr*: Crítica da Razão Prática; *TP*: Sobre a expressão corrente: “isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática...”; *MC*: Metafísica dos Costumes; *LE*: Lições de Ética e *GN*: Grandezas Negativas. As indicações das traduções e da edição em alemão utilizada constam na bibliografia.

³ Estou supondo, com Kant, que conservar a vida seja um dever moral. Esse é um ponto discutível, mas não vem ao caso examiná-lo aqui.

sua ação, pois essa pessoa teria agido apenas conforme ao dever, mas não por dever. Kant imagina então a figura do filantropo insensível.

Admitindo, pois, que o ânimo desse filantropo estivesse velado pelo desgosto pessoal que apaga toda a compaixão pela sorte alheia, e que ele continuasse a ter a possibilidade de fazer bem aos desgraçados, mas que a desgraça alheia não o tocava, porque estava bastante ocupado com a sua própria; se, agora que nenhuma inclinação o estimula já, ele se arrancasse a esta mortal insensibilidade e praticasse a ação, sem qualquer inclinação, simplesmente por dever, só então é que ela teria o seu autêntico valor moral (FMC I § 11, 113/BA 11).

Como se vê, Kant está apregoando a eliminação de qualquer inclinação, para que a ação tenha valor moral. Daí, aparentemente se justificar a crítica que Schiller torna célebre pelos dois epigramas, *Escrúpulo da Consciência* e *Decisão*⁴, em que a virtude é apresentada como possível apenas se agirmos de mau grado, exigindo sempre que nos censuremos por nossos sentimentos humanitários e amistosos. Schopenhauer também faz coro com essa crítica, o que não surpreende sendo ele um defensor da compaixão como fundamento da moral. Segundo Schopenhauer, a tese de Kant revoltaria o sentimento moral genuíno, constituindo-se numa “apoteose da ausência de amor” (1995: 37).

Postas assim as coisas, poder-se-ia dizer que Kant é, em parte, responsável por essas incompreensões. De fato, na *FMC*, além do exemplo do filantropo insensível, ele declara que “uma ação realizada por dever deve eliminar totalmente a influência (*Einfluss*) da inclinação e com ela todo o objeto da vontade” (I § 15, 114/BA 15). Se entendermos influência como a ação exercida pelas inclinações sobre a vontade, determinando-a, então podemos concordar com a afirmação de Kant. Porém, no sentido de influxo, de convergência, pode-se defender, como tentarei fazer na seqüência, a partir das próprias premissas kantianas, que as inclinações não retiram o valor moral da ação.

Uma outra passagem na *FMC* reforça a idéia de que as inclinações devem ser suprimidas, para que a ação tenha valor moral.

As próprias inclinações, porém, como fontes das necessidades, estão longe de ter um valor absoluto que as torne desejáveis em si mesmas, que, muito pelo contrário, o desejo universal de todos os seres racionais deve ser o de se libertar totalmente delas (*FMC* II § 48, 135/BA 65)⁵.

Se confrontarmos essas passagens com a *Religião*, poderemos perceber uma mudança significativa de tom. Kant sustenta que

as inclinações naturais, consideradas em si mesmas são boas, i.é., irrepreensíveis, e pretender extirpá-las não só é vão, mas também prejudicial e censurável; pelo contrário, há apenas que domá-las, para que não se aniquilem umas as outras, mas possam ser levadas à conso-

⁴ *Escrúpulo da Consciência*: Eu ajudo de bom grado meus amigos; mas ai de mim! Eu o faço com inclinação/ E assim eu me sinto seguidamente atormentado com o pensamento de que eu não sou virtuoso/ *Decisão*: Não há outro caminho a tomar, tu deves procurar desprezá-los/ E cumprir então com repugnância o que o dever te ordena.

⁵ Na CRPr 137/A 212: “(...) as inclinações variam, crescem com a promoção que se lhes permite experimentar e deixam sempre um vazio ainda maior do que aquele que se julgara preencher. Eis por que são sempre onerosas para um ser racional e, embora este não possa delas desfazer-se, provocam nele o desejo de delas se desembaraçar.”

nância num todo chamado felicidade. Mas a razão que tal leva a cabo chama-se prudência. Só o moralmente contrário à lei é em si mau, absolutamente reprovável e deve ser exterminado (R: 64/B 69-70)⁶.

Mas é preciso lembrar que já na *FMC* podem ser encontrados recursos conceituais que permitem a compreensão de que o dever moral não exige a supressão das inclinações. Com efeito, no início da I Seção da *FMC*, lemos que algumas qualidades são favoráveis à boa vontade e facilitam a sua obra, sem possuírem, contudo, valor íntimo absoluto (cf. *FMC* I § 2, 109/BA 2). As qualidades a que Kant se refere parecem dizer respeito às qualidades do temperamento (*Eigenschaften des Temperaments*), mencionadas em *FMC* I § 1, a saber, coragem, decisão, constância de espírito. No entanto, afigura-se razoável estender esse favorecimento e facilitação ao temperamento de um modo geral, ou melhor, às qualidades de temperamento em geral que podem ajudar a promover a virtude. Na *FMC* Kant diz que as qualidades do temperamento “são, sem dúvida, a muitos respeitos, coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso se chama caráter (*Charakter*) não for boa” (*FMC* I, 109/BA 1).

No final do próprio parágrafo em que Kant fala do filantropo insensível, ele faz uma declaração que realça o contraste entre caráter e temperamento.

Se a natureza tivesse posto no coração deste ou daquele homem pouca simpatia, se ele (homem honrado de resto) fosse por temperamento frio e indiferente às dores dos outros [...] se a natureza não tivesse feito de um tal homem (que em boa verdade não seria o seu pior produto) propriamente um filantropo, não poderia ele encontrar ainda dentro de si um manancial que lhe pudesse dar um valor muito mais elevado do que o dum temperamento bondoso? Sem dúvida – e exatamente aí é que começa o valor do caráter, que é moralmente sem qualquer comparação mais alto, e que consiste em fazer o bem não por inclinação, mas por dever (*FMC* I, 113/BA 11)

Podemos entender a compaixão como um traço, ou uma qualidade, do temperamento que favorece a ação virtuosa, mas que não pode ser entendida como o fundamento de determinação da vontade, pois ela não é um princípio moral (como pensava Schopenhauer). Paton assinala corretamente que Kant “reconhece que as inclinações têm um papel a jogar na vida moral. [...] Algumas inclinações, tal como a simpatia natural, ajudam-nos muito a realizar nossos deveres de ações benevolentes, e elas devem ser cultivadas por essa razão” (1970: 49).

É preciso, pois, notar que uma coisa é agir por inclinação, outra é agir com inclinação. Parece que é justamente isso que Kant evoca na nota em que discute com Schiller. Kant, nessa nota, alega que a virtude “permite muito bem a companhia das Graças” (R: 29n/B11n.) e que, sem uma “alegre disposição de ânimo”, o amor ao bem, isto é, o seu acolhimento em uma máxima, sempre restaria incerto (cf. R: 30n./B12n.)⁷.

⁶ A esse respeito, ver BECK (1966: 230-231).

⁷ Em *O fim de todas as coisas*, Kant afirma: “O que alguém não faz de bom grado fá-lo de modo tão mesquinho e também com pretextos sofisticados sobre o mandamento do dever que não se poderia contar muito com este enquanto móbil, sem a participação do amor” (116/A 518-519). Kant entende aí o amor como “o livre acolhimento de outrem submetido às suas máximas” (*ib.*).

O que a moral de Kant exige é que o fundamento de determinação das ações não sejam as inclinações⁸. Isso é uma coisa. Outra, é pretender a supressão das inclinações, o que seria contraditório com a natureza finita do homem e, de modo algum, repita-se, exigido pela moral de Kant.

Todavia, não se deve deixar de notar que, sendo a inclinação, como Kant define, “a dependência que a faculdade de desejar está em face das sensações” (*FMC* II, 124n/BA 39n) é autocontraditório o comando de fazer algo por inclinação.

Com efeito, um mandamento segundo o qual se deve de bom grado fazer algo é em si contraditório, porque, se já sabemos por nós mesmos o que devemos fazer, se, além disso, estivéssemos conscientes ainda de o fazer de bom grado, um mandamento, seria a este propósito inteiramente desnecessário, e se o fazemos, mas não de bom grado e só por respeito pela lei, um mandamento que faz deste respeito um móbil da máxima, agiria precisamente contra a disposição ordenada (*CRPr* 99/A 148-149).

Deve-se reconhecer, portanto, que não é uma disjunção necessária agir de bom grado ou agir por dever, isto é, por respeito à lei⁹. E mais: até seria possível ser moral, sem agir por dever, pois, se eu cumprio sempre de bom grado a lei moral, eu revelo com isso um traço santo da minha disposição moral. Kant admite isso. Com efeito, logo abaixo a citação acima da *CRPr* se lê: “Se alguma vez uma criatura racional conseguisse chegar a cumprir inteiramente de *bom grado* (*gerne zu tun*) todas as leis morais, isso significaria tanto como se nela nem uma só vez se encontrasse a possibilidade de um desejo que a incitasse a delas se afastar. (...). A esse estágio da

⁸ “Uma ação não cessa de ter valor, se ela é acompanhada por prazer ou mesmo por um desejo de prazer; ela cessa de ter valor moral, se ela é feita apenas por causa do prazer ou apenas para satisfazer uma inclinação” (PATON 1970: 50). Daí se depreende o equívoco de muitas críticas e interpretações de Kant de acordo com as quais a filosofia moral kantiana exigiria que uma ação, para ter valor moral, devesse se dirigir contra as inclinações. Isso é o que se vê, por exemplo, em Hans Kelsen em sua *Teoria Pura do Direito* (1998: 69). É digno de nota que o abono de Kelsen (1998: 405) não é suficiente para a sua interpretação. Ele oferece como fiança justamente a passagem em que Kant sustenta a idéia de que uma ação caritativa, realizada por inclinação imediata, pode merecer estima e louvor, mas não tem nenhum verdadeiro valor moral (*FMC* I: 113/ BA 10). Ora, como argumentei acima, do fato de se negar valor moral às ações por inclinação não se segue que todas as ações com inclinação sejam destituídas de valor moral. Exemplo de leitura apressada de Kant também encontramos em Nietzsche. Ele afirma que Kant “ensina expressamente que temos de ser insensíveis ao sofrimento alheio para que nosso bem-fazer tenha valor moral – o que Schopenhauer, muito desgostoso, como se pode compreender, denomina a *sensaboria kantiana*” (*Aurora*, livro II, § 132). Ainda em *Aurora* se lê: “Quando o dever deixa de ser custoso, quando, depois de longo exercício, ele se transforma em alegre inclinação e em necessidade, os direitos de outros, aos quais se referem nossos deveres, agora nossas inclinações, se tornam algo outro; ou seja, ocasiões de sensações agradáveis para nós. [...] Exigir que o dever seja sempre algo de custoso – como o faz Kant – significa exigir que ele nunca se torne hábito e costume: nessa exigência reside um pequeno resíduo de crueldade ascética.” (livro IV, § 339). Nietzsche está errado em pensar o dever como necessidade, ainda que ele fale em transformação, o que não ajuda muito, pois então não seria mais dever e Kant não poderia ser criticado. Está errado também, é claro, em considerar que Kant exigiria que sempre o dever fosse custoso.

⁹ Em *MC*: Ak 394 pode-se ler: “A virtude é a força da máxima do homem no cumprimento de seu dever. – Toda força se reconhece apenas pelos obstáculos que é capaz de superar; no caso da virtude, os obstáculos são as inclinações naturais que *podem* entrar em conflito (*in Streit kommen können*) com o propósito moral” (grifei). Portanto, não são as inclinações *necessariamente* obstáculos à virtude. Essa passagem será retomada na seqüência, mas com o propósito de assinalar o uso da expressão força.

disposição moral, porém, jamais pode chegar uma criatura" (CRPr 99/A 149). É verdade que a idéia de um ser moralmente perfeito poderia dar conta dessa hipótese, mas a possibilidade de ser moral sem precisar agir por dever, é uma possibilidade que não está ao alcance de criaturas sensíveis, isto é, de seres finitos.

Referências

BECK, Lewis White. *A commentary on Kant's critique of practical reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

KANT, Immanuel (CRPr): *Crítica da razão prática*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1986.

_____. (FMC): *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

_____. (MC): *La Metafísica de las Costumbres*. (Prólogo e introdução geral). Tradução de Adela Cortina Orts e Jesus Conill Sancho. Madrid: Tecnos, 1994.

_____. (R): *A religião nos limites da simples razão*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1992.

_____. O fim de todas as coisas. In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1988. p. 103-118.

_____. *Die Metaphysik der Sitten*. Werkausgabe VIII. Ed. W. Weischedel. Frankfurt: Suhrkamp, 1991.

_____. *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft*. Werkausgabe VIII. Ed. W. Weischedel. Frankfurt: Suhrkamp, 1991.

_____. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, Werkausgabe VII. Ed. W. Weischedel. Frankfurt: Suhrkamp, 1991.

_____. *Kritik der praktischen Vernunft*. Werkausgabe VII. Ed. W. Weischedel. Frankfurt: Suhrkamp, 1991.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora*. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Os Pensadores.

PATON, H. J. *The categorical imperative: a study in Kant's moral philosophy*. London: Hutchinson, 1970.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*. Tradução de Maria Lúcia Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Tradução do grupo de doutorandos do Curso de Pós-Graduação da UFRGS, revisão e organização da tradução de Ernildo Stein e Ronai Rocha. Petrópolis: Vozes, 1997.